AEDOS Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS

Entrevista realizada com o Professor Bruno Groppo

No primeiro semestre de 2016, o Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS recebeu a visita do professor Bruno Groppo, vinculado à Université de Paris I – Centre d'Histoire Sociale du XXe Siècle. O professor ministrou a aula inaugural do ano letivo de 2016 e ofereceu uma disciplina eletiva ao corpo discente do PPG, intitulada "Memória, supressão, esquecimento dos passados traumáticos: uma comparação entre Alemanha e Rússia". Atualmente, Groppo desenvolve pesquisas relacionadas à história e memória, enfocando particularmente as memórias coletivas e institucionais constituídas em torno das experiências do nazismo e do stalinismo. A Revista Aedos realizou entrevista com o professor na ocasião de sua passagem pelo PPG. Dentre os pontos debatidos, a trajetória de Groppo, metodologia da história e os diálogos e diferenças entre história e memória.

Revista Aedos: professor, gostaríamos que o senhor abordasse sua trajetória: desde quando trabalha com o tema da memória? Esse tema lhe acompanha desde o início da sua trajetória acadêmica ou houve algum episódio específico que motivou o trabalho nessa área?

Bruno Groppo: Eu venho da Ciência Política. Fiz na Itália estudos de Ciência Política com uma forte orientação histórica. Eu me diplomei na Universidade de Pádua em Ciência Política e comecei a trabalhar inicialmente como bolsista, como assistente, interessando-me em particular pela história dos movimentos sociais e em particular dos movimentos operários e socialistas. Esse foi para mim um interesse permanente. Depois eu tive a ocasião de passar alguns anos na França com uma bolsa que vinha em parte da Universidade de Pádua e fui ao Instituto de Estudos Políticos de Paris e à École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS, porque me interessava trabalhar com um historiador nesse campo, que era Georges Haupt. Naquele período iniciei, sob a orientação dele, a escrita de uma tese sobre as origens da política sindical da Internacional Comunista. Uma tese que terminei com outro professor, porque Georges Haupt morreu prematuramente. A tese terminei sob a orientação de Georges Lavau, com o qual já havia trabalhado. Depois me apresentei ao concurso para investigadores do Centro Nacional de Investigação Científica Francesa e ganhei o concurso. Assim comecei, em 1991, a trabalhar na França e desde aquele momento minha carreira e meus interesses se

desenvolveram essencialmente na França. Minha língua de trabalho foi, e até hoje é, o francês, mas mantive o contato com a Universidade de Pádua. Durante vários anos me coloquei à disposição voluntariamente para a eventualidade de eu retornar à minha antiga universidade. Depois trabalhei exclusivamente para o Centro Nacional de Investigação Científica, sempre no campo de história comparada dos movimentos políticos e sociais, com interesse específico para a social-democracia europeia e o comunismo.

De certa maneira, esta foi minha trajetória geral, dentro da qual se inseriram temas de investigação relacionados a este quadro principal, um destes temas sendo os exílios políticos, essencialmente dos anos 30 e 40, e em particular o exílio antifascista italiano e o exílio alemão. Este também foi um interesse duradouro, vinculado a preocupações com a história das migrações, como distinguir migrações de tipo político de outros tipos, como se define um refugiado, um exilado político. Uma reflexão de método, portanto, e não somente de estudo aplicado ao caso italiano ou ao caso alemão. Esta foi a progressão de caráter geral e, neste marco, tive a ocasião de efetuar vários períodos de investigação no exterior, principalmente na Europa, e de ministrar alguns cursos na Alemanha, na Polônia, ou, como professor convidado, na Itália, na minha antiga universidade, com a qual sempre mantive o contato e uma colaboração permanente, porque continuei a interessar-me por temas italianos, em particular a história e a historiografia do comunismo na Itália e o tema da memória do fascismo na Itália depois de 1945; sobre estes temas, segui trabalhando.

Progressivamente, infiltrou-se o tema da memória, da relação entre história e memória, em particular para ver como as sociedades europeias recordavam momentos particularmente importantes de seu passado, como a Segunda Guerra Mundial, que foi a experiência em comum entre a maioria desses países, ou episódios particulares como, por exemplo, o fascismo na Itália, a ocupação alemã e a resistência no caso da França, etc. Uma das minhas preocupações permanentes foi o enfoque comparativo. Nunca me interessei exclusivamente por um país, mas no que tinha em comum e no que se diferenciava de outro. Assim, por exemplo, comecei a trabalhar sobre a social-democracia alemã, o tema do exílio e, depois, sobre como a sociedade alemã se confrontava com o passado nazista, seja no caso da Alemanha Ocidental ou no caso da Alemanha Oriental.

Isto é um pouco a minha trajetória, à qual se somou a partir dos anos 1990 um interesse específico em relação à América Latina, que nasceu de maneira muito casual, através de amizades com alguns colegas argentinos, que me convidaram a ir a seu país. A partir da metade dos anos 1990 eu frequentei regularmente a Argentina e outros países da América Latina, interessando-me particularmente pelo tema da memória das ditaduras e pelos aspectos comuns

ou diferenças em relação a experiências europeias. Tive a oportunidade de, por um lado, construir toda a rede de contatos e amizades com colegas que trabalham com estes temas e, por outro lado, com pessoas vinculadas ao tema de direitos humanos, as Madres de la Plaza de Mayo. Foi isto, entre outros, que me introduziu verdadeiramente à língua espanhola.

No período mais recente, me interessei mais especificamente ao que se poderia chamar de a memória do comunismo e ao que aconteceu nos países ex-comunistas da Europa Oriental ou na ex-União Soviética, Rússia em particular, depois do fim do sistema político comunista. Este é o tema sobre o qual trabalhei no período mais recente. Eu diria que esta é em resumo minha trajetória geral, na qual há uma dispersão geográfica, mas que me parece que com uma certa unidade de temas e interesses.

Revista Aedos: Na disciplina ministrada no PPG, o senhor abordou uma comparação entre as memórias do nazismo e do comunismo, ou mais especificamente do stalinismo. Como o senhor vê os riscos e as possibilidades dessa abordagem comparativa, considerando que são dois regimes engendrados por processos muito diferentes entre si, no sentido ideológico, por exemplo?

Bruno Groppo: O que eu estudo em particular não são os regimes em si mesmos. Obviamente, sou obrigado a fazer isso também: é preciso conhecê-los. Mas o que me interessa especificamente é o tema da memória destes regimes e como as sociedades se confrontam com esta que, nos dois casos, é uma memória difícil, porque se refere a momentos particularmente traumáticos. Por um lado, no caso do nazismo, pela magnitude dos crimes cometidos em nome da Alemanha e, por outro lado, no caso da experiência soviética, também por uma magnitude excepcional dos crimes, de uma forma particular de terrorismo de Estado e pelas milhões de vítimas. É isso que tento investigar: como uma sociedade se confronta ou evita confrontar-se com uma memória traumática ou difícil. Nos dois casos há mecanismos comuns que se pode reconhecer. Por exemplo, há uma problemática comum que é o tema da culpabilidade, responsabilidade individual, responsabilidades coletivas, etc, que ocorrem nos dois casos à medida que estas duas ditaduras, como a maioria das ditaduras, não se fizeram somente, e não se mantiveram somente, com a violência, mas também através do consenso de uma parte significativa da população. Esse é um aspecto que muitas vezes foi deixado de lado nos estudos sobre Alemanha ou sobre a União Soviética, mas que considero muito importante. Igualmente nos estudos das ditaduras latino-americanas, obviamente. Estudar esses temas não é fruto de um interesse antropológico para povos distantes, mas para ver como funcionam mecanismos

que são utilizados também noutros casos. Por exemplo, o mecanismo da amnésia, a vontade de esquecer os episódios traumáticos do passado, de evitar interrogar-se, se possível, sobre o tema das responsabilidades. Isto, de certa maneira, no caso alemão e no caso soviético em geral, mas russo em particular, é interessante pelo caráter quase extremo das situações, porque nem todos os regimes políticos são responsáveis por um genocídio como foi o caso da Alemanha; nem todos puseram em ação um sistema concentracionário do tamanho que teve o sistema concentracionário soviético. O caráter extremo dessas duas experiências me parece que ajuda a pensá-las melhor.

Revista Aedos: E por que comparativamente?

Bruno Groppo: Comparativamente porque são mecanismos que se encontram em outras sociedades. Por exemplo, a vontade de um sujeito de não reconhecer suas próprias responsabilidades, a tendência a considerar-se simplesmente como vítima inocente. Esta tendência se encontra na Alemanha nos anos posteriores a 1945, se encontra na Rússia atual, se encontra na Argentina depois da última ditadura. No caso argentino, o Nunca Más, informe da comissão sobre o desaparecimento de pessoas, é típico desse ponto de vista. É a imagem, retratada em particular no prefácio, de uma sociedade inocente que se encontrou entre dois demônios, o demônio da guerrilha, por um lado, e o dos militares, por outro lado. É o tema da sociedade inocente. E isso se encontra em muitíssimas situações. A Áustria, depois da Segunda Guerra Mundial, se reconstruiu sobre o mito de uma sociedade inocente que não tinha nenhuma responsabilidade nos crimes de racismo, e só muito tardiamente, a partir dos anos 1980, chegou a admitir que era também corresponsável por esses crimes. Muitos dos piores criminosos nazistas, começando por Hitler e continuando, por exemplo, com Eichmann, etc., eram austríacos.

O que me interessa é reconhecer esses mecanismos em situações que são efetivamente muito diferentes entre elas. Não ponho no mesmo plano, não digo que são todas iguais, mas no campo de funcionamento da memória, do esquecimento, da repressão, da amnésia, etc., apresentam analogias importantes. Por isso, estudar essas sociedades pode ser uma introdução de método ao estudo, por exemplo, de sociedades da América Latina e de outras sociedades europeias. Esta é minha ideia geral.

Revista Aedos: a respeito dessas considerações em torno da ideia de uma sociedade que é vítima, inocente, que efeitos o senhor acha que têm os mecanismos construídos com base na

ideia de obediência devida? Esses mecanismos contribuem para reforçar essa ideia de inocência ou têm outro potencial?

Bruno Groppo: O tema da obediência devida foi utilizado em particular pelos responsáveis mais diretos. No caso da Argentina, em particular, pelos militares. Esse argumento é, de certa maneira, o eterno argumento de todos os responsáveis por massacres e outros. Não é aceitável, em minha opinião, não somente desde um ponto de vista moral ou ético, uma vez que cada um deve aceitar suas responsabilidades próprias, mas também porque, na realidade, não é verdade. O que se viu em muitíssimos casos é que os que não quiseram participar em massacres de massas, ainda sendo militares e com um dever de obediência, em muitos casos não foram punidos. Há vários estudos sobre o assunto. Penso, por exemplo, no de um historiador que se chama Robert Browning e é intitulado "Homens Ordinários". Esse estudo aborda os policiais de uma companhia de polícia que foram enviados ao leste em 1941 para transformarem-se praticamente em *serial killers* de judeus: uma parte majoritária o fez. E não eram nazistas particulares; eram homens ordinários. Mas houve os que não suportaram isso. Estes foram enviados a outras tarefas. Assim, o argumento utilizado não é aceitável.

Afora do tema da obediência militar hierárquica, há um problema que é mais geral: a responsabilidade da sociedade. A imagem que se construiu, em particular no marco da teoria do totalitarismo, é a da sociedade alemã e da sociedade soviética como sociedades de atomização total dos indivíduos e onde não existia a possibilidade de não obedecer. Isto também não corresponde aos fatos, porque inúmeros estudos demonstraram que nunca foi total o controle e a dominação destes regimes sobre a sociedade. Sempre existiram margens mais ou menos pequenas ou mais ou menos grandes de não-conformidade, pelas quais, por exemplo, os alemães inventaram uma palavra para indicar a resistência. Há a palavra mais comumente utilizada que é *Widerstand*, que é a resistência ativa, política. Mas há também a palavra *Resistance*, que define todos os comportamentos, os comportamentos de oposição política aberta que eram comportamentos que indicavam uma não-conformidade com os comportamentos pretendidos pela ditadura. Assim se definem as margens de relativa liberdade e, dentro disso, as margens de responsabilidade.

Revista Aedos: a respeito das memórias da experiência soviética, que fontes são utilizadas pelo senhor para mediar o estudo? Qual metodologia se aplica a essas fontes?

Bruno Groppo: Eu diria que não é uma metodologia particular. De certa maneira, é a mesma que se pode aplicar para o estudo das fontes que se referem à Alemanha ou outras situações. O que se deve tomar em conta, e que me chama a atenção nesse campo é a divisão memorial que existe atualmente na Europa. Na Europa Ocidental a memória emblemática é a memória da Shoah, do Holocausto. Não era assim logo depois da Segunda Guerra Mundial. A memória da Shoah é também uma memória construída progressivamente. Mas chegou nos anos 1990 a uma situação de memória emblemática, exemplar, de uma espécie de, se poderia quase dizer, religião civil do Ocidente. Na Europa Oriental, a memória emblemática, a memória realmente considerada importante pela maioria da população, é a memória da experiência comunista forjada após a Segunda Guerra Mundial ou, em alguns casos, como na Rússia e demais países da União Soviética, já antes. Por um lado, na Europa Ocidental há a impressão de que os europeus do Leste não tomam suficientemente em conta e não atribuem suficiente importância à memória da Shoah. Na Europa Oriental, a impressão é diferente. A impressão é de que os europeus do Oeste são de certa maneira obnubilados pela memória da Shoah e não atribuem suficiente importância à memória que para eles, do Leste, é a mais importante, que é a memória do comunismo. São duas perspectivas efetivamente muito diferentes e que entram em conflito.

Os métodos para investigação não são muito diferentes. No caso dos antigos países comunistas, a grande vantagem que houve foi que depois da queda do comunismo os arquivos foram abertos, o que permite que se vá às fontes primárias, coisa que não era possível antes. No caso específico da Alemanha Oriental, depois da unificação, se decidiu que os arquivos seriam abertos até o fim da existência da República Democrática Alemã. Quer dizer, sem respeitar a regra comum na República Federal que faz com que os documentos administrativos e outros não sejam disponibilizados depois de 25, 30 anos. Neste caso se abriu uma exceção, evidentemente bem-vinda para os historiadores, ainda que com algumas limitações. Hoje é possível também no caso da Rússia, ainda que os arquivos já tenham em parte sido novamente fechados. Mas é possível construir a história do stalinismo e toda uma série de outros episódios, desta vez a partir das fontes originais, e não de hipóteses. Quero pôr em evidência uma coisa: nos anos 1970, foi como se na Europa, na França em particular, se tivesse descoberto de golpe a existência de um sistema concentracionário na União Soviética, depois da publicação do livro de Soljenítsin, o "Arquipélago Gulag". Na realidade, quando alguém vai estudar a História um pouco mais de perto, vê que há, desde os anos 1920, livros publicados com denúncias da existência desse sistema. Livros de ex-detidos, etc. Não eram as fontes diretas que se encontram agora nos arquivos russos e soviéticos, mas eram fontes suficientes para ter uma ideia geral. Desde esse ponto de vista, Soljenítsin veio confirmar algo que na realidade muitos já sabiam.

Mas o interessante é interrogar-se: por que não se queria saber? Por que se preferia ignorar isso? E eu creio que esta é uma pergunta que sempre podemos fazer a propósito de qualquer sociedade. É preciso recordar, entre outros, por que, para que uma memória é transmitida. É necessário ter um emissor de memória, mas também é necessário ter um receptor, alguém disposto a escutar e considerar. Muitas vezes isso não aconteceu: com a memória da Shoah, dos campos da morte... Nos primeiros anos depois da Segunda Guerra Mundial, quando muitos sobreviventes quiseram contar sua vivência, sua história, mas se encontraram na situação de que não havia muita escuta. Na Itália, Primo Levi, sobrevivente de Auschwitz, escreveu sua experiência em 1946, seu primeiro livro "É isto um homem?". Ele propôs a publicação à Editorial Einaudi – que depois publicaria todos os seus escritos – e consideraram que o tema não interessaria muito. Assim, o livro foi publicado por uma pequena editora e passou praticamente desapercebido. É interessante: depois isso se transformou em um dos testemunhos-chave, mais importantes, sobre esta experiência. Mas, de início, quem queria escutar? Estes são problemas que se colocam em todas as sociedades.

Depois da Segunda Guerra Mundial, nas sociedades europeias o que prevaleceu foi o relato épico/heroico da resistência. Se construiu um verdadeiro mito de resistência. Atenção nesse sentido: não que a resistência tenha sido um mito. A resistência foi uma realidade histórica bem concreta nos vários países, mas a partir dessa realidade histórica se construiu uma visão segundo a qual a grande maioria dos italianos ou dos franceses havia participado na resistência, o que não era verdade. Isto permitia que se esquecesse a colaboração, permitia aos italianos que esquecessem que milhões haviam sido fascistas, e todos passaram a se colocar como antifascistas desde sempre. São mecanismos de como se conta a história e aí situa-se a diferença em relação à construção de memórias, funcionamento de memórias, onde há sempre um elemento profundamente subjetivo. O trabalho da história, segundo regras do ofício de historiador, é diferente, porque é o trabalho de tentar reconstruir a realidade tomando em conta as distintas memórias, mas não somente uma. São registros diferentes para enfrentar o passado.

Revista Aedos: especificamente sobre os registros seriais, que potencialidade essas fontes oferecem pra pensar a memória? Falamos muito em testemunho, em trabalhos de história oral. Qual é o potencial das fontes quantitativas, seriais, pra tratar de reconhecer memórias?

Bruno Groppo: As fontes de arquivo são essenciais, porque a história se escreve a partir dos arquivos, especialmente. Mas é preciso recordar que os arquivos não são a verdade revelada. Os arquivos não são automaticamente a verdade, porque necessitam sempre ser interpretados.

As fontes respondem segundo as perguntas que lhes faz o historiador. Estes são conselhos eternos, mínimos, de prudência, que se faz a todos os historiadores iniciantes, porque o mito dos arquivos como verdades reveladas é muito forte e volta continuamente. Os arquivos permitem que se estabeleça algumas coisas. Por exemplo, no caso soviético: até serem abertos os arquivos, se falava do Grande Terror dos anos 1930 e se tentava estimar o número de vítimas com vários métodos, mas sem a possibilidade de basear-se nas fontes primárias, o que fazia que as estimativas variassem muitíssimo. Entre outras, havia a ideia de que no período maior do Terror, entre 1936 e 1938, as vítimas haviam sido essencialmente os comunistas. Os protagonistas do Processo de Moscou são comunistas. Os arquivos permitiram que se esclarecesse isso: permitiram, por exemplo, que se estabelecesse que, entre maio de 1937 e outubro/novembro, de 1938, na União Soviética, foram detidas cerca de um milhão e meio de pessoas. Mais de 700 mil foram executadas, fuziladas, e a enorme maioria das outras foi enviada ao Gulag. Agora dispomos das cifras, das séries… em alguns casos se dispõe das séries nominais dos que foram fuzilados em alguns lugares específicos pelo funcionamento da máquina burocrática. Havia listas das pessoas fuziladas. Agora dispomos de uma informação precisa que não era disponível antes. Mas o tema, o problema da interpretação segue aberto. Como se explica esta onda extrema de terror? Como se pode explicar as modalidades específicas que teve? Sobre esse aspecto, os historiadores continuam a discutir, e não há um consenso em tema de interpretação. Não se discute as cifras; se discute a interpretação deste episódio e de maneira geral é sempre assim. O que muda de uma geração à outra de historiadores que se interessam pelo mesmo passado não são os feitos do passado. Os feitos são os mesmos; não se pode mudar. É a maneira de interrogá-los que muda. Cada geração, como a história se escreve sempre desde o presente, tem preocupações particulares, o que faz com que se interesse por aspectos particulares que haviam sido deixados de lado antes. Há 50 anos, quem se interessava pelos temas de gênero na História? Era como se não existisse. A História era quase exclusivamente masculina. O olhar se modificou muito. Definitivamente, o que muda é o problema da interpretação, e por isso o trabalho histórico é sempre um *work in progress,* que nunca é terminado. Muitas vezes os editores, para vender melhor um livro, dizem: "a obra definitiva" sobre isto. Há obras mais ou menos importantes, mas usar "definitivo"… é preciso ser muito prudente na História. Há sempre algo que se adiciona e algo que havia sido deixado de lado até aquele momento.

Revista Aedos: diante de todas essas características que tem o nosso ofício, metodologicamente falando, como podemos tratar o risco de incorrer em uma perspectiva revisionista, uma perspectiva de negação ou relativização?

Bruno Groppo: É preciso ver o que entendemos exatamente como revisionismo, porque de certa maneira a escrita da história é sempre revisionista, quase por definição. Se revisa, se escreve de novo muitas coisas porque o olhar muda. Nisso não somente não há nada de negativo, mas é simplesmente a maneira segundo a qual procede a acumulação do saber histórico. Aqueles que negam a *Shoah,* entretanto, são na verdade pseudo historiadores. São negacionistas. Quando alguém estuda, por exemplo, o caso alemão, a famosa Controvérsia dos historiadores da década de 1980, vê que da parte de historiadores conservadores, como Ernst Nolte ou Michael Stürmer, houve uma tendência não a negar, mas a relativizar a responsabilidade dos Holocausto na história alemã. Aí se entra num terreno perigoso: se se pensa, como Nolte disse, que o nazismo "são só doze anos de uma história milenar", ou pelo menos de uma história muito centenária, isso pode abrir caminho a qualquer relativização dos massacres do passado, e creio que neste sentido é um perigo que existe realmente. Quando, por exemplo, manuais escolares na Rússia atual, manuais preparados sob o impulso de Putin, contam que o stalinismo, nos anos 1930, fez milhões de vítimas mas modernizou a economia do país, e assim teve uma função positiva, a existência das vítimas não é negada, mas apresentada como o preço quase inevitável a pagar para efetuar essa transformação enorme da sociedade. Isto é, em minha opinião, uma evidente relativização de algo que, ao contrário, é um fenômeno central dessa história, porque se se aceita uma maneira de pensar desse tipo, se poderia dizer que o nazismo, sim, matou alguns milhões de judeus, mas fez tantas boas coisas também, como as autopistas… Um historiador sério não pode se permitir funcionar desta maneira.

Revista Aedos: hoje se discute a ampliação do conceito de genocídio no sentido de sua extensão ao extermínio motivado por características políticas. O argentino Daniel Feierstein é um dos autores que trabalha com uma abordagem crítica da ideia de genocídio, no sentido de verificar sua aplicabilidade ao caso da ditadura argentina. Que implicações tem essa discussão, de caracterizar um fenômeno como genocídio ou não, sobre a memória desse fenômeno?

Bruno Groppo: É preciso recordar que o conceito em si não existia antes da Segunda Guerra Mundial. Foi criado para dar conta de um fenômeno historicamente novo, que foi a tentativa

por parte da Alemanha nazista de exterminar um povo. Assim se chegou a uma definição de genocídio. Os conceitos sempre devem ser definidos. Não existem independentemente; são criados. O genocídio existe em seu tempo de maneira tal a deixar de fora o extermínio por razões políticas. No período em que se forja o conceito de genocídio, introduzir esse aspecto significava entrar em conflito com a União Soviética, que havia logicamente visto nisso um ataque à sua própria política. Assim, na definição oficial de genocídio, a questão política não está presente. Desde esse ponto de vista, se pode pensar que a utilização do termo genocídio no caso argentino não corresponde à definição do conceito, porque na realidade o que permite que o termo seja utilizado no caso argentino é considerar que a ditadura de 1976 teve como projeto o extermínio físico de um setor da sociedade, que era definido como subversivo de maneira bastante elástica. Não se tratava de reeducá-los, mas de extirpá-los, à maneira de um câncer, para salvar o corpo são da sociedade. Nesse sentido se utiliza o termo, mas essa me parece uma extrapolação do que é a definição corrente de genocídio. No campo histórico, há uma discussão para saber se o que passou com os armênios em 1915 foi um genocídio ou simplesmente um massacre de massas. O genocídio é a vontade de exterminar todos os que pertencem a um determinado grupo, e por isso há discussão sobre o tema. O que se observa nas últimas décadas, em particular depois do fim dos regimes comunistas, é a tendência à extensão do uso do termo genocídio para definir uma série de realidades históricas que não necessariamente entram no marco original. Por exemplo, começou a se utilizar o termo de maneira metafórica, falando de um genocídio cultural. Se ficarmos em seu significado primário, que é a exterminação física de pessoas, temos o caso da Ucrânia, por exemplo, onde a grande fome de 1932, 1933 provocou milhões de mortos, não somente lá, e isso ao mesmo tempo em que a União Soviética exportava trigo ao exterior. Depois do regime soviético, isso poderia ser definido como um genocídio do povo ucraniano organizado por Moscou. Há toda uma política de memória e de monumentos que vão nessa direção, e se chegou inclusive a aprovar uma lei que prevê sanções penais àqueles que negam que tenha havido genocídio nesse caso. Na Letônia, há um museu que se construiu nos anos 1990, a propósito da história contemporânea do país, especialmente do período soviético, e que se intitula Museu do Genocídio. Bom, se poderia imaginar que o Museu fala do genocídio judeu, mas não é o caso. Lá se considera como genocídio a política de deportação aplicada pela União Soviética após a anexação, quando dezenas de milhares de pessoas foram deportadas pelos soviéticos. São alguns exemplos e é evidente que se sai de uma aplicação estreita do conceito de genocídio. Creio que aí se entra no campo dos usos políticos do passado: mais do que uma interpretação historiográfica, estas são políticas de memória a propósito do passado, que obedecem a considerações eminentemente políticas. Isso me parece,

pessoalmente, uma evolução perigosa, porque se acaba por perder o que é a especificidade do crime que se quis definir depois da Segunda Guerra Mundial. E que se trate, no caso dos armênios, de genocídio ou de um massacre de massas, não muda muito a condenação moral e ética que alguém possa fazer sobre o assunto. Mas é preciso recordar que a tarefa do historiador não é a de se transformar em juiz, mas a de compreender e ajudar a compreender. Não é a de distribuir os bons e os maus pontos, como se se fosse o juiz de um tribunal da história ou professor de alunos da escola primária.

Revista Aedos: o senhor falou que o uso banalizado de um conceito faz com que ele perca sua especificidade. Da mesma forma, é possível falar na banalização de algumas memórias por saturação?

Bruno Groppo: Existe sempre o risco de uma saturação de memória. O risco de que algo que foi concebido como um instrumento de memória, como um monumento, se transforme progressivamente quase num instrumento de esquecimento, um elemento da paisagem urbana do qual ninguém mais sabe o significado, ou se preocupa mais. Às vezes alguém pode pensar que construir um monumento pode ser a melhor forma de condenar algo ao esquecimento. Um pouco como, na política, criar uma comissão parlamentar é o sistema mais seguro para acabar com um problema, para enterrá-lo definitivamente.

Mas o que sobrou dos campos de concentração nazistas é algo que ajuda a imaginar o que se passou nesses lugares. É um instrumento importante. Se não existissem estes espaços, seria muito mais difícil pensá-los. Ao mesmo tempo, há coisas que podem se transformar em um jogo de visita turística, de comercialização, e que poderiam resultar em algo muito diferente do que se queria obter no início. Mas é difícil prever os caminhos de uma memória. Se alguém considera os caminhos da memória da *Shoah*, por exemplo: nos primeiros anos depois do fim da Segunda Guerra Mundial, era uma memória débil, uma memória marginal. Progressivamente, a partir sobretudo dos anos 1960, com o processo de Eichmann, se transformou numa memória central e emblemática. Quem teria imaginado no início? Ocorreu exatamente ao contrário do que em geral imaginamos que ocorre com a memória, de que quanto mais passa o tempo, mais se esquece. Ocorreu o contrário: quanto mais o tempo passa, mais a percepção do fenômeno se transformou num aspecto central.

A memória é de toda maneira um fenômeno de larga duração. Na França, existe hoje em dia uma memória muito viva das perseguições contra os protestantes franceses, os huguenotes, sob o Rei Sol, Luís XIV, que revogou o Edito de Nantes. Isso também é em parte uma memória

que institucionalmente se transmitiu através das igrejas protestantes na França, mas creio que é um exemplo de memória subterrânea que chega por vias subterrâneas, capilares, até hoje. São alguns séculos que nos separam daquela época. Não se pode prever o que ficará na memória, o que desaparecerá. Na verdade é um trabalho contínuo. Elizabeth Jelin publicou um trabalho muito interessante, na Argentina, que se chama "O Trabalho da Memória". Eu creio que deve ser entendido assim: efetivamente, é um trabalho. E um trabalho nunca acabado, um trabalho em progresso. A escrita da história é a mesma coisa: é um trabalho que nunca se acaba. O que não significa que é um trabalho inútil. Não é um trabalho de Sísifo. Se avança, se descobrem sempre aspectos novos, mas não se pode imaginar que se chegará um dia ao fim.